



ACÓRDÃO Nº1064/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11784/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo Municipal de Saúde / Tefé-AM.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Maria Adriana Moreira (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Juarez Frazão Rodrigues Junior – OAB/AM 5851.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1010/2022-DIMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal de Saúde / Tefé-AM. Exercício de 2019.

Irregularidade. Multa. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **por maioria**, com desempate da presidência, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas Fundo Municipal de Saúde de Tefé-AM, exercício de 2019, sob a responsabilidade da Sra. **Maria Adriana Moreira**, na qualidade de Gestora e Ordenadora de Despesa, nos termos do art. 1º, II, alínea “a” e do art. 22, III, alínea “b” da Lei n. 2.423/96, em razão das impropriedades não sanadas dos itens 12, 17, 21, 22, 23, 24, 29, 33, 37, letra “a” dos itens 42, 43, 44 e 45, letra “a” e “c” do item 51 e letras “a” e “d” dos itens, 51, 52 e 53, conforme exposto na Fundamentação do Relatório/Voto;

10.2. Aplicar Multa à Sra. **Maria Adriana Moreira**, Secretária de Saúde à época, exercício de 2019, no valor de **R\$ 11.947,60** (onze mil, novecentos e quarenta e sete reais e sessenta centavos) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, que corresponde a **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta



ACÓRDÃO Nº1064/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

centavos) por cada mês em que houve atraso (janeiro, fevereiro, março, abril, maio, julho e dezembro) no envio dos balancetes mensais, mencionado no item 12, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, nos termos do art. 54, I, "a" da Lei n. 2423/96, alterado pela LC n.º 204/2020, c/c art. 308, I, "a" da Resolução n. 4/2002 – TCE/AM, redação dada pela Resolução n. 4/2018 – TCE/AM, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Aplicar Multa à Sra. **Maria Adriana Moreira**, Secretária de Saúde à época, exercício de 2019, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, em razão das impropriedades 17, 21, 22, 23, 24, 29, 33, 37, letra "a" dos itens 42, 43, 44 e 45, letras "a" e "c" do item 51 e letras "a" e "d" dos itens, 51, 52 e 53, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, nos termos do art. 54, VI, da Lei n. 2423/96, alterado pela LC n. 204/2020, c/c art. 308, VI da Resolução n. 4/2002 – TCE/AM, redação dada pela Resolução n.º 4/2018 – TCE/AM, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas



ACÓRDÃO Nº1064/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.4. Recomendar ao Fundo Municipal de Saúde / Tefé-AM que observe e cumpra as regras de indicação de fiscais de contrato para os fins de controlar o recebimento, a utilização do material e o cumprimento das regras contratuais vigentes (art. 15, §8º, c/c 67, §1º, da Lei n. 8.666/93);

10.5. Dar ciência à Sra. Maria Adriana Moreira e ao seu advogado acerca da decisão superveniente, bem como do Relatório/Voto; e

10.6. Arquivar os autos, após expirados os prazos legais.

Vencido o voto-vista da Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos que votou pela regularidade com ressalvas a Prestação de Contas, dar quitação a gestora interessada e determinações.

11- Ata: 25ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 12 de Julho de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Júlio Assis Corrêa Pinheiro (Presidente, em sessão), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheira-Presidente, em sessão.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral